

Governo fará reunião para debater abertura econômica

A secretária nacional de Economia, Dorothea Werneck, após receber "sinal verde" do ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira, anunciou ontem que o Governo promoverá um seminário para discutir com empresários e trabalhadores novas medidas para reabertura maior da economia. O encontro, ainda sem data marcada, será este mês e vai durar dois dias. O local, "atendendo sugestão dos empresários", disse Dorothea, provavelmente será em São Paulo.

A secretária não acredita que, em virtude da divulgação do seminário, empresários voltem a aumentar preços. Ela justifica que a pauta do encontro será discutida entre as partes envolvidas — Governo, empresários e trabalhadores.

A secretária nacional de Economia convocou reunião para a próxima segunda-feira (dia 6), às 14 horas, em Brasília, com técnicos do BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Brasil, Associação de Finanças e da Federação dos Bancos, empresários e trabalhadores, para discutir a viabilização de financiamento para caminhões leves

(de quatro a 10 toneladas).

Sobre o acordo, assinado com as indústrias montadoras e os metalúrgicos para redução nos preços dos veículos, Dorothea disse que, para entrar em vigor a partir de primeiro de agosto, o acordo necessita da aprovação do Conselho de Política fazendária (Confaz), órgão integrado por secretários estaduais de Economia ou Fazenda. A reunião do Confaz será realizada no próximo dia 30 de julho.

Otimismo

Dorothea acredita que os secretários, reunidos no Confaz, concordarão com a permanência da taxa de ICMS — Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, em 6%. "Temos dados concretos sobre o aumento da arrecadação nos estados, em consequência do acordo", afirmou a secretária.

A secretária Dorothea Werneck disse, ainda, que acredita no êxito das medidas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), estabelecendo novas regras para os consórcios e o aumento do prazo do crédito ao consumidor. Para ela, as taxas de juros poderão influir na opção de compra dos brasi-

leiros. Dorothea lembrou que "o grupo Bradesco já reduziu, de 36 para 24%, a taxa de juro real ao ano para o crédito pessoal, e acredito que outras instituições seguirão por esse caminho".

Dorothea revelou que, ainda dentro do acordo firmado entre as indústrias montadoras e trabalhadores, ficou acertado que as partes enviarão ao Ministério das Relações Exteriores, depois de aprovação pelo Ministério da Economia, um anteprojeto de lei que atenderá às montadoras.

Pelo anteprojeto, a indústria automobilística poderá reduzir o índice de nacionalização dos seus componentes e autopeças em 50%, alcançando a taxa de 75% no prazo de 36 meses, a contar do início de comercialização dos veículos.

O mesmo documento, através da comissão tripartite — governo, empresários e trabalhadores —, propôs um incentivo adicional às montadoras, com redução do imposto de importação de bens de capital e componentes, e para as empresas que demonstrarem crescimento anual mínimo de 5% na produção total.